

*Município*  
*Francisco Fernando da Encarnação Dias*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVEIRO

ACTA Nº. 18

Aos vinte e nove dias do mês de Julho, do ano de mil novecentos e oitenta e três, nesta cidade de Aveiro e Salão Cultural do Município, reuniu a Assembleia Municipal em sessão ordinária do mês de Junho, sob a Presidência do Presidente, Francisco Fernando da Encarnação Dias, secretariado pelos Vogais António Rodrigues Garcês e João Barreto Ferraz Sarchetti Malheiro Távora e com a presença dos Vogais Henrique Manuel Marques Domingos, José Luis Rebocho de Albuquerque Christo, Maria Josefa Pimentel Martins Cipriano, Manuel Maria de Melo Alte da Veiga, Fernando da Conceição Mendes, António Adérito Brás Coelho e Silva, Ernesto Carlos Rodrigues Barros, Domingos Simões Maia, João Pereira Soares, Helder Oliveira dos Santos Filipe, Rui José Gomes de Brito, Carlos Júlio Lourenço Paciência, Maria Antónia Corga de Vasconcelos Dias Pinho e Melo, Fernando Queirós de Almeida e Silva, Lúcio de Jesus Lemos, Silvério Conde Teixeira, Ulisses Manuel Brandão Pereira, Jaime Rodrigues Machado, António Correia Marques da Silva, Manuel Simões Madail, Manuel Rodrigues Simões, Jaime Ferreira Marques Vieira, Eugénio Martins das Neves, Celestino Alberto dos Santos Antunes, António Ferreira da Silva.

Pelas 21.00 horas, o Presidente, declarou aberta a presente reunião.

Verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais António Manuel Pinto Soares Machado, Carlos Vicente Ferreira, Eduardo António Ramalheira, Maria Helena Dias Camelo, Gilberto Parca Madail, Maria Fernanda Figueiredo Gonçalves Neves, António José Valente, Maria de Fátima Cardoso de Faria Tavares, João Gamelas da Silva Matias, Manuel Pereira Cabral Monteiro, Manuel Gaspar Fernandes.

Imediatamente a seguir, deu nota da justificação de falta apresentada pela Vogal Maria Antónia Pinho e Melo, que foi aceite, pelo que foi considerada justificada a referida falta.

Entretanto, deram entrada na sala os Vogais Rocha Andrade e Albertino de Oliveira.

2.  
F. Silva

Seguidamente, deu-se entrada no Período de Antes da Ordem do Dia.

O Vogal António Coelho e Silva, no uso da palavra, chamou a atenção do executivo para o mau estado de conservação de um troço da estrada Aveiro - Azurva, provocado pela deficiente reposição do pavimento pelos CTT, pondo em risco a segurança dos utentes daquela via, solicitando que fossem feitas as necessárias diligências no sentido de que se anulasse sem aquelas deficiências.

Seguidamente, o Vogal Manuel Alte da Veiga, no uso da palavra, focou vários aspectos da vida da cidade que a seguir se transcrevem: " 1 - Gostaria de chamar a atenção da Câmara para a possibilidade de aumentar a cerca do recreio do Jardim Infantil da Vera Cruz de modo a compreender a árvore mesmo ao lado. Não só pelo merecimento que é devido àquela instituição mas também por fortes razões psíco-pedagógicas nomeadamente de " contactar árvores" - além do alargamento do parque não trazer inconvenientes para o trânsito de peões. 2 - Acerca dos transportes públicos municipais creio que um dos critérios relevantes para o planeamento destes transportes é o da maior utilidade dos possíveis passageiros, mesmo que o trânsito seja incomodado - o que até se pode converter numa motivação para utilizar de preferência os transportes públicos. Aliás creio que se pode fazer uma boa propaganda. Parece-me que o actual planeamento não contempla o aproveitamento do corredor Estação - Eucalipto, de grande fluxo de utentes: as paragens são muito distantes entre carreiras que servem este corredor, e os horários não são convidativos. Assim, alterando apenas os horários de 2 ou 3 carreiras para 5 minutos antes ou depois, já se poderão juntar mais as paragens a meio da Avenida para quem desce) e na Ponte Praça. Simultaneamente, haveria um maior leque de carreiras, sobretudo se a alteração dos horários jogar com a provável hora de regresso. Particularmente os autocarros 2 e 8 deveriam parar na grande estação da Ponte Praça, onde muita gente de fora poderá escolher a melhor carreira para o seu destino. Na mesma ordem de ideia, as carreiras 1-4-6 deveriam parar na Ponte Praça e não antes desta. As pessoas que demandam a estação ficariam muito melhor servidas. Já a paragem das carreiras 3 e 5 é suficientemente próxima e visível para se jogar com ela, podendo até, se for preciso, devido à influência de horas de chegada, compreender as carreiras 2 e 8. Frequentemente há 4 carreiras a sair da Estação ao mesmo tempo. 3 - TRÁFEGO: a - os semáforos avariam frequentemente e, por vezes, de forma perigosa - será preciso estar dependente dum funcionário de Lisboa? Sincronizar os semáforos das 5 bicas com os que seguem.

b - Os sinais de " Stop" têm que obedecer também ao critério psicológico do bom senso : não devem ser colocados onde " menos se espera "é o caso da saída para a passagem inferior de Esgueira. Uma vez que se alterou o próprio passeio central, advogaria a colocação de semáforos - o que iria regular o acesso à Ponte Praça. c - O stop da Rua de sentido único que desemboca no Parque, devia ser luminoso. Aliás, aquele cruzamento é uma manifestação de desordem, e até de perigo. d - A permitir o estacionamento no passeio central da Avenida, as beiras de acesso deveriam ser mais baixas. e - Os sinais de Trânsito não podem ser tão baixos que mal se vejam, ou facilmente encobertos por um simples automóvel. As indicações de sentidos são muito incompletas ( por exemplo " Centro" " Porto de Aveiro" " Seminário" "praias", etc). Quando há desvios ( por obras , por exemplo) o desvio deve ser claramente indicado, até os veículos encontrarem a faixa de rodagem em que seguem (ou) equivalente. Ainda à cerca da Avenida há um redondo central (frente ao B.N.F.) que, segundo o código, deve ser rodeado pela direita. É necessário transformá-lo como os outros, e na minha opinião, proibir a passagem directa para a rua que desce junto ao B.N.F.. O tráfego em frente ao Convívio não pode continuar assim. Mesmo se é provisório, é um dos tais casos que não se resolve com pôr sinais "STOP". Proponho:- obrigação de virar à direita (quem vem da Av. 25 de Abril), e inversão do sentido único da Rua Bernardo Torres (aliás mais útil, pois desemboca numa artéria de dois sentidos). - Proibir o sentido para o sul na Rua Mário Sacramento entre o Convívio "rotunda". - Proibir a entrada no cruzamento para o trânsito que vem da passagem de nível. - Proibir a entrada de pesados na Rua S. Sebastião até à Ponte de Praça, desviando-os pela 25 de Abril. Os pesados, logo a seguir à passagem de nível, desviam para a 25 de Abril. O trânsito local de S. Sebastião até à Ponte de Praça sã nas horas de menor tráfego. f - Marcar os parques de estacionamento indicando claramente a zona para veículos de 2 rodas, a que não será permitido o estacionamento num lugar destinado a automóveis e vice-versa, nomeadamente no parque e começo da Rua Mário Sacramento. g - Em caso de obras que impeçam os passeios destinados a peões, assegurar uma zona de protecção. h - De um modo geral: indicações claras e visíveis do centro, Hospital, Universidade, praias, etc, e dos percursos/serem utilizados por pesados. Sugiro a indicação de entrada para o centro da cidade, pela ponte do mercado e acesso à Avenida pelo cruzamento da Arla. Talvez vantagem de semáforos. i)- POLUIÇÃO:- formar a opinião pública para o problema de contentores para os desperdícios quotidianos (sacos de plástico, na melhor das hipóteses, que são desfeitos pelos cães que a Câmara deveria recolher). Preocupação pela imagem das

Juiz

forças da Ordem junto dos munícipes:- a) Ambiguidade das forças da ordem: são ineficazes perante situações de roubo, crimes ... e ridículas em certos aspectos de multa; são "maus" se actuam com firmeza ...; são homens, na maioria, do antigo regime, e tudo o que é do antigo regime é mau para a nossa democracia adolescente; são homens bons, correctos, afáveis, com sensato sentido do dever, havendo infelizes excepções; são homens que servem apenas para meter medo ... às crianças ... - são homens frequentemente desautorizados por outras "entidades"; b)- Ora, a civilidade dos munícipes exige que os representantes destes se debrucem sobre o grave problema da ordem e boa relação entre todos; c) as Forças da Ordem, nesta sequência de ideias, deveriam ser e parecer representantes dos munícipes para a resolução de certos tipos de problemas. Para os problemas reais, segundo uma hierarquia de valores o que, muitas vezes não coincide com modos de proceder costumeiros e internos à polícia, ou com as ideias mais ou menos brilhantes dos respectivos comandantes; d)- portanto, é necessário que as Forças da Ordem e os munícipes se conheçam melhor, para haver confiança bilateral, sentimento colectivo de segurança e conhecimentos das funções que a própria colectividade sente serem atribuídas, com a força do poder, aos agentes da ordem; e)- em concreto, incentivar, dando informação, simultaneamente festejos ou conferências ou exposições, que liguem afectivamente e correctamente as forças da ordem ao seu público; incentivar os contactos entre esta Assembleia e os Comandos com os quais estão geograficamente relacionados, discutindo e pedindo certas acções quer da Assembleia para o Comando com vice-versa, expressando o desejo de que dois agentes assistam a estas reuniões, sugerindo que os quartéis se transformem, pouco a pouco, numa espécie de desdobramento do Turismo, centralizando informações e placards, atraíndo assim o público a frequentar, sem preconceitos, esses edifícios, o que tornará mais leve o próprio ambiente do quartel, dignificando o serviço, desempenhado por essas forças, através da nossa atitude e de sugestão quanto ao recrutamento de agentes especializados (no domínio da cultura mas também no da intervenção pela força do poder - neste ponto relembro que o poder só tem direito à coerção quando é realmente representativo dos eleitores). A formação dos agentes poderia ser cada vez mais orientada para a informação, conhecimento do que se passa na cidade, mapa da cidade, etc. A presença dos agentes da ordem, nesta perspectiva de representantes dos munícipes, faz falta nos parques, áreas de recreio para crianças (contra estragos, desvios de menores, etc), e para uma chamada de atenção permanente a atitudes incorrectas e perigosas".

Entretanto, deram entrada na sala os Vogais Manuel Branco Pontes e António Serra Granjeia.

Thim 5.  
J. J.

Imediatamente a seguir, o Vogal Eugénio Neves, no uso da palavra, apresentou uma moção que a seguir se transcreve: "MOÇÃO - Ciclo em Oliveirinha . 1 - Atendendo que há talvez mais de 10. anos que se fala na criação dum ciclo preparatório em Oliveirinha. 2 - Atendendo a que, em Aveiro, as instalações estão superlotados, o que origina a prática de horários e inconvenientes graves para alunos e encarregados de educação. 3 - Atendendo a que Oliveirinha será o centro que melhor serve a região sul do concelho. 4 - Atendendo a que já existe terreno pré-destinado (ainda não adquirido) para a sua instalação. 5 - Atendendo a que junto a este terreno já existe um complexo desportivo que inclui um campo de futebol, pista de atletismo (a melhor de distrito), jardim infantil, etc. 6 - Atendendo ainda a que o posto da teleescola, a funcionar na Escola Primária, com prejuízo para esta, serve já cerca de centena e meia de crianças e que, além destas, muitas mais se deslocam para Aveiro e Esgueira. Pelo exposto, apelo para que esta Assembleia, pelos mecanismos ao seu alcance, pressione o Ministério da Educação a incluir urgentemente, no seu plano, a criação deste ciclo, não podendo ser para este ano, para o próximo".

Neste momento, deu entrada na sala o Vogal Fernando Augusto de Oliveira.

Também no uso da palavra, o Vogal Ernesto Barros, em representação da bancada do grupo parlamentar do CDS, apresentou a moção que a seguir se transcreve: "MOÇÃO - Os elementos da A.M. de Aveiro, reunidos em sessão ordinária, no dia 29 de Julho de 1983 congratulam-se com a criação do curso engenharia Mecânica da Universidade de Aveiro, fazendo votos para que o mesmo comece a ser leccionado o mais rapidamente possível e manifestam a sua esperança no sentido de que todas as entidades responsáveis desenvolvam esforços para que levem a que tal aconteça já no próximo ano lectivo".

Entretanto, deram entrada na sala os Vogais Carlos Can~~dal~~ e António Sancho.

Seguidamente, o Vogal Jaime Machado, no uso da palavra, após tecer algumas considerações relativas ao agradecimento pelo Sr. Presidente da República, com a "Ordem da Liberdade", a título póstumo, do Dr. Álvaro José Pedrosa Curado de Seíça Neves, apresentou a seguinte moção que a seguir se transcreve e que poderá ser subscrita por quem assim o pretender: "MOÇÃO - Considerando que foi recentemente agraciado pelo Senhor Presidente da República, com a "Ordem da liberdade" a título póstumo, o Dr. Álvaro José Pedrosa Curado de Seíça Neves. Considerando que se trata dum aveirense altamente prestigiado a nível Nacional que, à causa da Liberdade e Democra-

Silva

cia, dedicou grande parte da sua vida sendo juntamente apontado com exemplo de dedicação e de coragem juntando à sua volta grande número de democratas que possibilitaram a realização dos "Congressos de Oposição Democrática" em Aveiro. Considerando ainda que foi um advogado dos mais destacados em Aveiro e no centro do País, tendo sido eleito primeiro, Secretário da Delegação da Ordem de Advogados de Aveiro, cargo que exerceu durante vários anos, vindo posteriormente a ser eleito o mais novo de quantos presidiram a esta delegação até 1963, ano em que passou a fazer parte do Conselho Distrital de Coimbra no triênio de 1963/65, sendo novamente reeleito nesta data, desempenhando por mais três anos o mesmo cargo. Esta Assembleia Municipal reunida em 29/7/83, decide: 1- Congratula-se pela atribuição da "Ordem da Liberdade", a título póstumo, do Dr. Álvaro de Seça Neves; 2 - Propor ao Executivo Municipal a atribuição do nome de Dr. Álvaro de Seça Neves a uma das novas artérias desta cidade; 3 - Recomendar que em futuras atribuições de distinções honoríficas, por parte do Executivo Camarário, seja considerado o nome deste destacado cidadão Aveirense."

Ainda no uso da palavra, aquele Vogal alertou o executivo da Câmara, bem como todos os membros desta Assembleia, para os graves problemas resultantes da doença que grassa nos efectivos bovinos leiteiros, não só nesta região, que é o berço da vaca torina leiteira, como em todo o país, designada por peripneumonia contagiosa dos bovinos leiteiros.

Embora não esteja no âmbito das atribuições desta Assembleia como do executivo camarário, aquele Vogal sugere que ambos façam sentir junto das entidades vocacionadas para este tipo de problemas, a urgente necessidade de tomadas de posição drásticas, com o intuito de eliminar, eficazmente, esta epidemia, que poderá ser catastrófica.

Propôs, ainda aquele Vogal que, relativamente ao concelho de Aveiro, através da Câmara e das Juntas de Freguesia, fossem proibidas as feiras de venda deste tipo de gado.

Imediatamente a seguir, tomou a palavra o Vogal António Correia da Silva para informar que fez chegar à mesa duas moções, que a seguir se transcrevem: " Considerando que: 1 - A paz é a aspiração máxima de cada vez maior número de pessoas das mais variadas latitudes, credos, culturas e ideologias; 2 - O povo Português ainda tem na memória colectiva as consequências da 2ª. Guerra Mundial e mesmo os seus mortos no conflito de 1914-1918; 3 - Muito recentemente tivemos nós próprios uma guerra prolongada que reforçou os sentimentos a favor de paz entre os povos; 4 - A ameaça dum confronto nuclear é uma hipótese plausível se não for travada a corrida aos arma-

7

mentos; 5 - Numa guerra nuclear, hoje, não haveria vencedores nem vencidos, tão só o possível desaparecimento do Homem sobre a terra, dado o arsenal, actualmente existente, ser mais do que suficiente para tal; 6 - Variados Concelhos e freguesias de Norte a sul do País têm vindo a declarar as suas áreas como desnuclearizadas (exemplo Ilhavo) à semelhança do que se passa em vários países da Europa; A Assembleia Municipal de Aveiro reunida em 29-7-83 no Salão Cultural decide: 1 - Declarar simbolicamente a área do Concelho de Aveiro como zona desnuclearizada e como tal vedada ao depósito, armanejamento ou simples trânsito de armas nuclear de qualquer tipo, seja qual for a sua proveniência. 2 - Comunicar esta decisão aos órgãos de soberania: Governo, Assembleia de República e Presidente da República; 3 - Divulgar esta moção enviando-a a todos os órgãos de Comunicação Social". "Considerando que os trabalhadores<sup>da</sup> Metalomecânica, Empresa Metalúrgica do Concelho de Aveiro, se encontram sem receber salários há 3 meses e subsídio de férias; 2 - Considerando que os cento e setenta trabalhadores (170) sempre têm colaborado em pleno; 3 - Considerando que toda a produção daquela unidade industrial tem vindo a ser vendida o que leva a crer serem as dificuldades não de ordem económica mas financeira; 4 - Considerando que já foram feitas diligências junto de todos os órgãos competentes para a resolução do problema, quer a nível nacional quer local (Câmara Municipal, Governo Civil e Bispo de Aveiro), a Assembleia Municipal de Aveiro reunida em 29/7/83, decide: 1- -Manifestar a sua preocupação face às dificuldades resultantes, para inúmeras famílias, do não recebimento dos salários; 2- Recomendar ao executivo municipal que diligencie junto dos órgãos governamentais, nomeadamente a Secretaria de Estado da População e Emprego, onde se encontra um pedido de subsídio, no sentido de que a empresa ultrapasse as dificuldades; 3- Que esta moção seja enviada aos órgãos do poder e à Comissão Social".

De seguida, ao referir-se ao Bairro dos Montes de Azurva, situado na freguesia de Eixo, enumerou algumas das carências com que se debatem os moradores daquele bairro, nomeadamente a falta de saneamento, de abastecimento de água potável, de sinalização de trânsito, de parques infantis, de policiamento e de asfaltamento das artérias e passeios daquele bairro.

Relativamente ao exposto, aquele Vogal perguntou se, tendo o executivo camarário conhecimento daquelas situações, que medidas tomou ou pensa tomar para atenuar aquele panorama pouco animador para a população do bairro.

Ainda no uso da palavra, aquele Vogal fez referência às precárias condições de trânsito de uma artéria do lugar de Mataduços, bem

Munis. 8.  
[Handwritten signature]

como à demolição dos lavadouros e fontanário existentes no Olho d'Água, ao transtorno provocado aos seus enúmeros utentes, perguntando que medidas vai tomar a Câmara no sentido de recolocar aquele equipamento social público. Salientou, também, a necessidade de se proceder à recuperação da estátua de "José Rabumba" e, porventura, estudar a melhor solução para que a mesma possa vir a ser colocada em local mais apropriado.

Reportando-se de seguida às actas n.ºs. 25 e 26 da Câmara Municipal que se debruçam sobre a construção de três campos de ténis, junto ao Estádio Mário Duarte, solicitou esclarecimentos quanto às divergências de contratos que aquelas actas referem.

Finalizando a sua intervenção e referindo-se ao teor da deliberação constante na acta n.º 26 que atribuiu um subsídio de 75 mil escudos ao Sr. António Carlos Cruz Cunha, respeitante ao um programa sobre Aveiro, transmitido pela RDP-EP, perguntou qual o conteúdo daquele programa, discordando da atribuição daquele subsídio porquanto, a RDP-EP, sendo uma empresa pública, tem por obrigação informar sobre os problemas locais.

Também no uso da palavra, o Vogal Rocha Andrade começou por saudar o novo Governador Civil e formular votos das maiores felicidades para o desempenho das suas novas funções, não propriamente por ser um membro da bancada do PS mas sim por se tratar de um cidadão aveirense e companheiro de trabalho nesta Assembleia Municipal, prestigiando, assim, este órgão autárquico, por se reconhecer a um seu membro a competência, idoneidade e o valor para desempenhar tão honroso cargo.

Saudou, de seguida, a Assembleia pela vivacidade que tem sido posta nas intervenções, com reflexões bastante profundas e longas, que traduzem uma certa sede de reuniões, dado que este órgão já não reúne há bastante tempo, considerando errado tal procedimento assim como a data escolhida para esta sessão.

Neste momento deu entrada na Sala o Vogal António Alves

Ainda no uso da palavra, aquele Vogal alertou o executivo camarário para o mau estado do monumento evocativo da liberdade, situado na palca central da Avenida Dr. Lourenço Peixinho, bem como para o mau estado geral daquela artéria, devendo ser protegido e devidamente limpo aquele monumento. Alertou também para a necessidade da Câmara Municipal pressionar os empreiteiros de obras de grande porte em execução nesta cidade, para que protejam, devidamente, as zonas envolventes de todos os riscos que os munícipes possam vir a correr com a falta de protecção.

Concluindo a sua intervenção e abordando, mais uma vez, a falta de faixas separadoras de trânsito na Rua do Clube dos Galitos, recomenda ao executivo que tome providências no sentido de dotar aquela artéria

com as indispensáveis faixas separadoras de trânsito.

O Vogal Lúcio Lemos, no uso da palavra, após citar alguns subsídios atribuídos pelo executivo camarário, manifesta a sua congratulação por tais medidas, discordando, no entanto, com a distribuição de subsídios aos órgãos autárquicos, nomeadamente às Juntas de Freguesia, cujos planos de actividades para o ano em curso deveriam contemplar casos como os já referidos, sem ser necessário estar-se a recorrer aos apoios camarários, dado que, sendo as Juntas de Freguesia autónomas, deveriam ter verbas para executar o seu plano anual de actividades.

Ainda no uso da palavra, aquele Vogal reformulou um pedido de informação anteriormente solicitado e que se refere aos subsídios atribuídos aos clubes do concelho e respectivos critérios de atribuição.

De seguida, tomou a palavra a Vogal Maria Antónia Pinho e Melo para saudar o novo Governador Civil, Dr. Gilberto Madail, desejando-lhe as maiores felicidades na nova função que vai desempenhar, homenageando também o Dr. Aurélio Pinheiro, como Governador cessante, agradecendo-lhe o interesse que demonstrou pelos problemas de Aveiro.

De imediato, solicitou que, sempre que se realizem reuniões da Assembleia Municipal, o Sr. Presidente da Mesa tomasse as devidas providências no sentido de que estas não se misturem com exposições de arte.

Ainda no uso da palavra, aquela Vogal solicitou que os Serviços Municipalizados procedessem a uma vistoria aos contadores de água da Rua Jaime Moniz, dado que se encontram avariados alguns deles. Solicitou, ainda, que fosse revista a situação das paragens dos autocarros dos transportes públicos na Av. Araújo e Silva, por se encontrarem demasiado juntas.

Relativamente ao processo das piscinas municipais, solicitou que o mesmo fosse acelerado dado que, as condições em que a actual funciona são exageradamente precárias sanitariamente.

No âmbito da actividade cultural da cidade, sugeriu que se dinamizasse a Feira do Livro e que fosse dada outra disposição àquela iniciativa, perguntando, ainda, em que situação se encontram as negociações para a aquisição dos terrenos em Eixo para instalação das várias actividades culturais daquela freguesia.

Reforçando as afirmações do Vogal Lúcio Lemos, quanto às verbas a atribuir às juntas de freguesia, perguntou se já foram atribuídas quaisquer verbas ou quando serão.

Em conclusão da sua intervenção, reforça o seu anterior pedido de que a disposição dos vários grupos que compõem esta Assembleia volte à sua posição primitiva e que, de futuro, se providencie no sentido de

que cada membro da mesma possa usufruir de um copo para beber água.

Também no uso da palavra, o Vogal Fernando Almeida e Silva colocou algumas questões relativamente à povoação de Tabueira e as suas carências no sector de distribuição de água da rede pública e transportes, porquanto, não se justifica que a Câmara tenha feito chegar a água e os autocarros dos Serviços Municipalizados até à zona industrial deixando aquela povoação privada daqueles bens sociais indispensáveis, considerando que, a proceder assim, a Câmara pratica uma politica de urbanismo para a indústria e uma politica de ruralismo para as povoações.

Abordando, de imediato, o estado deplorável da antiga casa da Legião, alerta o executivo camarário para que tome providências no sentido de se beneficiar aquele edifício, dado que o seu aspecto em nada dignifica a cidade.

Ainda no uso da palavra e baseando-se nas criticas próferidas tanto pela ADERAV como pela imprensa, relativamente à restauração de que está a ser alvo a capela de S. Gonçalinho, perguntou qual a responsabilidade da Câmara quanto à falta de preservação dos azulejos aí existentes.

De imediato, o Vogal Ulisses Manuel Pereira, no uso da palavra, fez um reparo à mesa por não ter seguido a ordem de inscrição dos Vogais para usarem da palavra, entendendo que, desta forma, não só se verifica uma monopolização de determinados assuntos como impede que haja uma maior vivacidade nos debates destas reuniões.

De seguida, solicitou que lhe fosse fornecido um exemplar do último Relatório e Contas da Câmara Municipal, aprovado pela Assembleia Municipal dado que, depois de ter requerido aquele documento, em tempo oportuno, ainda não tinha obtido qualquer resposta.

Seguidamente, o Presidente prestou alguns esclarecimentos inerentes às intervenções de vários vogais.

Quanto às questões postas sobre a restauração da Capela de S. Gonçalinho, informou que, como membro de uma comissão constituída para o efeito, foram feitas as necessárias diligências para que aquelas obras fossem executadas da forma mais fiel à traça original daquela Capela, atendendo a que o seu estado actual ameaçava ruína, repudiando todas as críticas até agora publicadas, por carecerem de fundamento.

Neste momento, saíu o Vogal Manuel Simões Madail.

Depois de se proceder à leitura, foi posta à discussão a moção apresentada pela bancada da APU, alusiva às armas nucleares.

Sobre aquela moção, o Vogal Carlos Candal, após tecer algumas considerações de carácter genérico, considera que são tão danosas,

perigosas e ilegítimas as armas nucleares russas, americanas ou alemãs e que, o problema nuclear e o perigo da guerra atômica interessa, genericamente, a toda a humanidade.

Quanto à moção apresentada, refere que será apoiada pela sua bancada, por ser uma temática do programa do Partido Socialista e por ser um problema que deveria ser discutido pelos órgãos máximos do país, nomeadamente e sobretudo na Assembleia da República.

Também no uso da palavra, o Vogal António Correia da Silva, como apresentador desta moção, teceu algumas considerações sobre a mesma, referindo que, embora não seja da competência desta Assembleia decidir que na sua área territorial não transitarão ou serão armazenadas quais quer armas nucleares, a sua apresentação tem o carácter de alerta para este grave problema.

Encerrada a discussão, foi aquela moção posta à votação, tendo merecido aprovação com 11 votos a favor e 24 abstenções.

O Vogal Silvério Teixeira, no uso da palavra, fez a seguinte declaração de voto: "Abstive-me nesta moção porque entendo que a desnuclearização deve ser geral. Só assim concordaria que Aveiro o fosse também. No caso concreto e actual sou a favor da instalação de defesas nucleares".

O Vogal Lúcio Lemos, no uso da palavra, fez a seguinte declaração de voto: "Sou a favor de tudo quanto, em qualquer parte do mundo, se faça no sentido de que haja paz para lá (mundo oriental) e para cá (mundo ocidental), quer quando se fala nas armas nucleares, quer quando se recorre às armas do tipo totalitariamente ideológico, que não serão, talvez, menos perigosas do que as armas nucleares".

Também no uso da palavra, a Vogal Maria António Pinho e Melo fez a seguinte declaração de voto: "Abstive-me, porque embora profundamente apoiante da Paz, porque já assisti de perto às horríveis consequências da guerra, nomeadamente na Guiné, não posso apoiar uma moção de Desnuclearização vinda da parte da APU. É preciso coerência na vida, nas atitudes e nas ideias. Apoiar aqui a paz, e seguir as doutrinas de uma potência imperialista e agressiva, não convence ninguém. Tal como aqui foi dito, tão perniciosos são os mísseis americanos como os russos. Há igualmente outro tipo de guerra contra a qual todos nos devíamos levantar. É a guerra da falta de liberdade; falta de liberdade de expressão de pensamento, de liberdade de religião, de associação sindical e de simples livre trânsito. Em suma a falta de liberdade de ser Humano".

De seguida, o Vogal Ulisses Manuel Pereira, no uso da palavra, fez a seguinte declaração de voto: "Abstive-me, considerando que o problema nuclear é de âmbito nacional e nunca de índole local. É importante

Mury 12

que os portugueses se sensibilizem e decidam sobre a opção nuclear, numa óptica de paz, de liberdade e de progresso. Mas que essa decisão seja colectiva e nunca parcelada. E assumida plenamente, com todas as suas consequências".

O Vogal Fernando Almeida e Silva, no uso da palavra, fez a seguinte declaração de voto: "Abstive-me, porque, num assunto tão sério como o versado nesta versão, devemos ser realistas. E eu, sobre este assunto, ainda não cheguei lá <sup>para</sup> ~~me~~ ser realista".

Imediatamente a seguir, tomou a palavra o Vogal José Luís Cristo, para fazer a seguinte declaração de voto, em nome da bancada do CDS: "Da simples apresentação desta moção e da discussão que dela resultou, poderá verificar-se que este tema da guerra e da paz, está muito politizado, e de tal forma que, certas forças políticas, tentam fazer crer que só as forças políticas de uma certa área é que se preocupam com a paz. A abstenção do CDS, não pode significar que nós, como democratas cristãos, sege mos a favor da guerra. Quem conhecer, e se for honesto, o ~~programa~~ ~~do~~ ~~do~~ CDS, ~~o~~ ~~programa~~ ~~das~~ ~~democracias~~ ~~cristãs~~ ~~de~~ ~~todo~~ ~~o~~ ~~mundo~~, verificará que, uma das suas grandes preocupações, que está na sua história e na origem destes movimentos democratas cristãos, é a defesa da paz. Outro facto que nos levou a abster e que demonstra a politização deste tema é que, os proponentes, só se preocupam com a campanha existente, hoje, a respeito da desnuclearização, e nós somos contra qualquer tipo de guerra, quer seja com armas nucleares bacteriológicas, químicas ou com armas convencionais. Nós so mos pela paz, mas abstem-nos porque não podemos aprovar a moção tal qual como foi apresentada".

Seguidamente, o Vogal António Correia da Silva, pediu a palavra para fazer o seguinte protesto: "Como em anteriores Assembleias Municipais, disse o Sr. Presidente desta Assembleia: "a moção é a expressão do sentir colectivo da Assembleia". Assim, não é a apresentação da Moção e o seu conteúdo que a politiza, mas sim o sentido de voto dos elementos desta Assembleia".

De imediato, procedeu-se à leitura da moção apresentada pela bancada da APU, alusiva à situação dos trabalhadores da Metalomecânica, Indústria Metalúrgica de Aveiro.

Posta à discussão, pronunciou-se o Vogal Carlos Candal, considerando que, sendo um problema preocupante e sensibilizante, esta Assembleia, como órgão político e para-político, tem que ter uma perspectiva seca dos mesmos. Assim, a sua aprovação tomaria um tom melindroso se não se abordasse o problema a nível nacional, já que, o país está em sérias dificuldades económicas, cujas causas são históricas, estruturais, de readaptação re

cente, entre outras.

Todavia, pensa que esta moção deva ser apoiada e que o executivo deve encetar as necessárias diligências para que seja ultrapassada a burocracia na atribuição do subsídio nela mencionado, fazendo, ainda, votos de que a empresa, com o apoio que lhe venha a ser dado e com o esforço dos seus trabalhadores, possa recuperar e afastar a ave negra do desemprego.

Também no uso da palavra, o Vogal António Coelho e Silva salienta que, independentemente da situação exposta naquela moção, que aflige mais directamente os seus trabalhadores, outras situações idênticas e bem mais graves haverá no concelho de Aveiro, que deveriam merecer a nossa atenção objectiva, pelo que se iria cair em posição compartimentada, com aparente ignorância dos problemas de outras empresas, ou dos seus trabalhadores, se se objectivasse o caso da Metalomecânica.

De seguida, o Vogal Ulisses Manuel Pereira ao salientar que o problema das empresas em dificuldades financeiras é um problema candente, por ser um problema nacional, premente e presente, sugere que, a esta moção, seja dado um teor globalizante, visando, não só, esta empresa, mas que prevesse tipos de actuação idêntica para casos em que se justifique esta acção.

No seguimento das considerações acabadas de tecer, o Vogal António Correia da Silva, como proponente, não se opõe a que, à mesma, seja dado um teor globalizante.

Teceu, ainda, algumas considerações relativamente à apresentação daquela moção, salientando no entanto, que fique expresso o nome daquela firma.

De imediato, tomou a palavra o Presidente da Câmara para informar que, após efectuar algumas reuniões com uma comissão daquela empresa, a Câmara tinha alertado as entidades competentes para a grave situação económica que aquela empresa atravessa.

Mais referiu que, a Câmara, está interessada em viabilizar aquela empresa através da aquisição de algumas parcelas de terreno anexas às suas instalações, dado que aquelas estão integradas no Plano de Urbanização das Agrads do Norte e, ao mesmo tempo, iniciar um processo de instalação daquela empresa na Zona Industrial.

Como resultado da discussão da moção em debate, foi acrescentado um novo ponto e que é do seguinte teor: "2.1- Recomendar ao executivo camarário que, para futuros casos em que se justifique esta acção, adopte idêntico tipo de actuação".

De imediato, passou-se à votação daquela moção, tendo sido aprovada com 25 votos a favor, 9 contra e uma abstenção.

A Vogal Maria Ant6nio Pinho e Melo, no uso da palavra, fez a seguinte declara76o de voto: "Apoiei a mo76o porque apoio todos os tra-  
balhadores em situa76o econ6mica diff6cil, por solidariedade para com as suas  
fam6lias. Mas esta Assembleia n6o tem compet6ncia para tratar destes assun-  
tos".

Tamb6m no uso da palavra, o Vogal Fernando Mendes, fez a seguinte declara76o de voto: "Votei a favor pelo sentido global da mo76o e n6o pela forma como inicialmente foi apresentada. Entendo que, com a altera76o introduzida pelo Sr. Dr. Ulisses ser6 de aprovar. Tamb6m entendo que esta Assembleia n6o ter6 tempo para discutir mo76es visto que as fal6ncias, futuramente, ser6o sucessivas".

Ainda no 6mbito das declara76es de voto, o Vogal Ant6nio Coelho e Silva, fez a seguinte: "O meu voto contra reside no facto de me parecer que, na verdade, o problema 6 de 6ndole nacional e n6o de ordem regional, pelo que considero que o assunto ultrapassa (salvo o devido respeito) a capacidade de interven76o dos 6rg6os aut6rquicos".

De imediato, procedeu-se 6 leitura da mo76o apresentada pela bancada da APU atr6s transcrita, e relativa ao agraciamento, pelo Senhor Presidente da Rep6blica, com a "Ordem da Liberdade", a t6tulo p6stumo do Dr. Alvaro Jos6 Pedrosa Curado de Se6a Neves.

Posta 6 discuss6o, tomou a palavra o Vogal Carlos Candal, para tecer algumas considera76es inerentes 6 cria76o daquela distin76o honor6fica, tecendo os mais rasgados elogios ao Dr. 6lvaro Se6a Neves, por ter sido um ac6rrimo defensor, antes do "25 de Abril", das liberdades essenciais, pol6ticas e c6vicas.

Mais referiu que, a "Ordem da Liberdade", destina-se a galardoar aqueles que lutaram para que o "25 de Abril", directa ou indiretamente, restitu6ssem ao povo portugu6s a liberdade no sentido geral e que os socialistas se devem congratular por ter sido atribufda a um aveirense aquela merc6 honor6fica.

Paralelamente, prop6e aquele Vogal que, tal manifesta76o, seja extensiva ao Dr. Arlindo Vicente por, na mesma ocasi6o, ter merecido igual distin76o honor6fica, tendo, para o efeito, apresentado a seguinte mo76o: "Considerando que foi recentemente agraciado com a "Ordem da Liberdade", a t6tulo p6stumo, o Dr. ARLINDO VICENTE, cidad6o altamente prestigiado a n6vel nacional e que 6 causa da liberdade e democracia dedicou grande parte da sua vida. Considerando que o Dr. Arlindo Vicente era um homem do distrito igualmente considerado um aveirense, at6 porque cursou nesta cidade o ensino liceal, e aqui bebeu o liberalismo e o amor 6 liberdade caracter6s-

15/

ticos das nossas gentes. Considerando que o Dr. Arlindo Vicente foi também um distintíssimo advogado e um artista plástico de grande mérito, que na nossa região se inspirou para algumas das suas melhores pinturas. Esta Assembleia Municipal, reunida aos 29 dias de Setembro de 1983, decide: 1)-Congratular-se pela atribuição da "Ordem da Liberdade", a título póstumo, do Dr. Arlindo Vicente; 2- Propor ao executivo municipal a atribuição do nome do Dr. Arlindo Vicente a uma das novas artérias desta cidade; 3- Recomendar que, em futuras atribuições de distinções honoríficas, por parte do executivo camarário, seja considerado o nome deste destacado cidadão".

De seguida, tomou a palavra o Vogal Fernando Almeida e Silva para solicitar esclarecimentos quanto ao teor da moção, nomeadamente quando esta se refere à atribuição de uma distinção honorífica por parte do executivo camarário, expressa no ponto nº. 3 daquela moção.

Também no uso da palavra, o Vogal Jaime Machado, em nome da bancada da APU, manifesta o seu apoio à moção apresentada pelo Vogal Carlos Candal.

Neste momento, saiu o Vogal Albertino de Oliveira.

Encerrada a discussão, passou-se à votação da moção da APU, tendo a mesma sido aprovada com 23 votos a favor e 11 abstenções.

De imediato, a Vogal Maria Antónia Pinho e Melo, no uso da palavra, fez a seguinte declaração de voto: "Abstive-me por razões de ordem meramente pessoal".

Também no uso da palavra, o Vogal Fernando Mendes fez a seguinte declaração de voto: "Voto abstenção, não por falta de consideração pelo galardoadado, mas sim pelo facto de discordar da forma como o galardão foi distribuído, que deixou dúvidas sobre a justiça da sua atribuição".

Os Vogais Henrique Domingos e Manuel Alte da Veiga corroboraram as palavras proferidas pelo Vogal Fernando Mendes.

De seguida, o Vogal José Luis Cristo, no uso da palavra, fez a seguinte declaração de voto: "Não tenho dúvidas em afirmar que o Dr. Álvaro Seça Neves foi um lutador sincero, incansável e sacrificado pelos ideais da liberdade. Apesar de dele discordar quanto ao modo de institucionalizar um sistema político que melhor garantisse a liberdade dos cidadãos, não posso deixar de aproveitar a ocasião para prestar, com o meu voto, uma homenagem à memória do Dr. Álvaro Seça Neves".

Imediatamente a seguir, procedeu-se à leitura da moção atrás transcrita e apresentada pelo Vogal Eugénio Neves, alusiva à criação de um Ciclo Preparatório na freguesia de Oliveirinha.

16

Aberta a discussão, tomou a palavra o Vogal António Correia da Silva para manifestar a adesão da sua bancada àquela moção, salientando, ainda que, a mesma, não pode inviabilizar a criação de outras escolas noutros locais do concelho.

Entretanto, deu entrada na sala o Vogal Albertino de Oliveira.

Também no uso da palavra, o Vogal Carlos Candal, após tecer algumas considerações, propõe que ao teor da moção seja dado um carácter generalizado e que, a mesma seja retirada para ser posteriormente apresentada juntamente com os estudos existentes sobre esta temática. Sugeriu ainda que, a Câmara, através do seu pelouro da Cultura, elabore um estudo referente ao tema em debate, a fim de esclarecer, devidamente, todos os membros desta Assembleia.

Concluindo a sua intervenção, salienta aquele Vogal que, apesar das considerações tecidas, a sua bancada votará favoravelmente aquela moção.

De imediato, tomou a palavra o Presidente da Câmara para informar que a situação do ensino em Aveiro é dramática, dado que, por informação dos Presidentes dos Conselhos de Gestão dos estabelecimentos do ensino secundário, tomou conhecimento da impossibilidade total de, no próximo ano lectivo, se matricularem perto de trezentos alunos.

Face ao exposto e, dado que o Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação vai elaborar o seu plano quadrienal e, dado que não está alheio à criação do Ciclo em Oliveirinha, entende que a apresentação desta moção é bastante oportuna, visto que iria alertar e pressionar<sup>as</sup> entidades competentes para esta situação preocupante, sem prejuízo de que aquele Gabinete venha a encarar a criação de outros estabelecimentos de ensino no concelho de Aveiro, nomeadamente na freguesia de Cacia.

Face aos esclarecimentos prestados pelo Presidente da Câmara, o Vogal Carlos Candal retira a sugestão de suspensão da moção ora em debate.

De imediato, a Vogal Maria Antónia Pinho e Melo, no uso da palavra, solicitou esclarecimentos quanto ao número de alunos da freguesia de Oliveirinha que frequentam o Ciclo Preparatório.

De novo no uso da palavra, o Presidente da Câmara informa que, estando criadas algumas infraestruturas naquela freguesia, nomeadamente a pista de atletismo, o pavilhão de desportos e o campo de futebol, o novo ciclo ficaria enquadrado na zona anexa àquelas instalações desportivas, para além de vir a servir uma vasta área do concelho de Aveiro, com

uma frequência de cerca de mil alunos.

Seguidamente, tomou a palavra o Vogal Fernando de Oliveira para alertar a Assembleia para a necessidade da criação de um ciclo preparatório na freguesia de Cacia, dado que a sua população estudantil, em número bastante elevado, tem de se deslocar, diariamente, para a cidade, a fim de frequentar o Ciclo Preparatório.

Quanto à sua localização, salienta que deverá ser devidamente estudada para que, posteriormente, venha a servir, convenientemente, a população estudantil daquela zona.

Encerrada a discussão, foi aquela moção submetida à votação, tendo merecido aprovação por unanimidade.

Imediatamente a seguir, procedeu-se à leitura da moção apresentada pelo Vogal Ernesto Barros e já transcrita, alusiva à recente criação do Curso de Engenharia Mecânica na Universidade de Aveiro.

Posta à discussão e, dado que nenhum Vogal usou da palavra, foi aquela moção submetida à votação tendo merecido aprovação por unanimidade.

De seguida, passou-se à leitura da moção apresentada pelo Vogal Carlos Candal e já transcrita, referente ao agraciamento, com a "Ordem da Liberdade", a título póstumo, do Dr. Arlindo Vicente.

Posta à discussão e, dado que nenhum Vogal usou da palavra, foi aquela moção submetida à votação, tendo merecido aprovação com 25 votos a favor e 10 abstenções.

Neste momento, saíu o Vogal António Sancho.

De imediato, o Vogal José Luis Cristo, no uso da palavra, fez a seguinte declaração de voto: "Embora não tenha privado com o Dr. Arlindo Vicente, do mesmo modo que o fiz com o Dr. Álvaro Seíça Neves, também não tenho dúvidas em reconhecer que, para além de outros méritos referidos na moção, ter sido ele igualmente um lutador sincero e corajoso pelos mesmos ideais da liberdade, e de afirmar ser ele merecedor da minha homenagem e da do conelho de Aveiro dados os elos que o ligavam às terras do nosso concelho e do nosso distrito".

Também no uso da palavra, o Vogal Henrique Domingos, fez a seguinte declaração de voto: "Abstive-me em relação ao Senhor Doutor Arlindo Vicente, pelas mesmas razões com que o Senhor Capitão Mendes justificou a sua abstenção na votação da moção relativa ao Senhor Doutor Álvaro Seíça Neves, razões que eu também subscrevi na integra".

18.

Seguidamente, o Presidente da Câmara no uso da palavra, passou a responder às questões postas pelos Vogais que usaram da palavra.

Relativamente ao facto de Taboeira ainda não possuir água da rede pública, informa que aquela povoação virá a beneficiar daquele bem essencial, logo que seja montado o sistema de armazenamento e distribuição de água à zona norte do concelho de Aveiro.

Quanto às questões postas sobre a aquisição de terrenos para a instalação de várias actividades culturais na freguesia de Eixo, informou que se encontram numa fase adiantada as negociações para o efeito.

Prestou, ainda, vários esclarecimentos relacionados com novos projectos para a Feira do Livro, estudo do programa base para as piscinas municipais, regulamentação sobre a protecção nas obras de grande porte, tendo tecido algumas considerações quanto à distribuição de subsídios às Juntas de Freguesia e aos clubes do concelho.

Relativamente às questões postas sobre as carências nos sectores de abastecimento de água, saneamento, trânsito, e outras, no bairro dos Montes de Azurva, informa que, estas existem quer por dificuldades técnicas quer por dificuldades financeiras dos empreiteiros e urbanizador, estando a Câmara atenta a estas situações.

Neste momento, saiu o Vogal Lúcio Lemos.

De seguida, tomou a palavra o Vereador Eng<sup>o</sup> Sequeira Pereira para prestar alguns esclarecimentos, nomeadamente sobre a execução de uma estação de tratamento de esgotos no bairro dos Montes de Azurva, que se encontra em fase de estudo, tendo-se reportado às considerações tecidas quanto aos problemas de transportes colectivos e paragens, bem como às avarias dos contadores de água.

De novo no uso da palavra, o Vogal António Correia da Silva, depois de se considerar esclarecido relativamente a várias questões, considera de grande utilidade o facto de ter colocado os problemas que afectam os moradores do bairro dos Montes de Azurva, dado que, a partir de agora se pode vislumbrar a resolução dos mesmos.

Também no uso da palavra, o Vogal Ulisses Manuel Pereira, depois de focar alguns acidentes ocorridos com cães vadios, salienta que o problema da sua recolha deve ser seriamente encarado, dado que se registam, frequentemente, situações bastante desagradáveis.

Após algumas considerações ligadas à intervenção do público nas reuniões da Assembleia e à transferência da estátua José Rabumba para local mais apropriado, o Presidente da Mesa, depois de consultar todos

os membros e obtido consenso, informa que a Assembleia não reunirá durante o mês de Agosto.

Dado o adiantado da hora, o Presidente deu por encerrada a presente reunião.

Era 1.00 hora do dia 30.

Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente acta de tudo quanto se passou e que, no que for omissa, melhor poderá ser confrontada pela gravação que foi elaborada, e que vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários, depois de subscrita por mim,

 , Chefe da Secretaria da Câmara Municipal de Aveiro.

  
  
